

Resumo Esquematizado

Direitos Humanos

Equipe Pedagógica

Fonte: PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado – Incluindo Direitos Humanos e Comunitário – Ed. Juspodivm.

SUMÁRIO

SISTEMA UNIVERSAL	4
PROCEDIMENTOS DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	33
DIREITOS HUMANOS	36
DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	47
PRINCIPAIS TRATADOS E SUAS CARACTERÍSTICAS	63
ESTATUTO DE ROMA	79
BANCO DE JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL DAS CORTES SUPREMAS DO MERCOSUL E ASSOCIADOS	98
SÚMULAS RELACIONADAS – STJ	100
DECLARAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS APROVADAS PELO BRASIL	104
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45 DE 2004	104
TRATADOS SUPRALEGAIS	105
SISTEMA REGIONAL INTERAMERICANO	106
LEI DE ANISTIA	108
CASOS SOBRE O BRASIL PERANTE A CORTE INTERAMERICANA DOS DIREITOS HUMANOS	108
QUESTÕES	113

SISTEMA UNIVERSAL

1. ONU: A Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada em 24 de outubro de 1945 e é subdividida em órgãos:

<p>Assembleia Geral</p>	<ul style="list-style-type: none">• Principal órgão deliberativo da ONU.• Todos os Estados-Membros da Organização (193 países) se reúnem para discutir os assuntos que afetam a vida de todos os habitantes do planeta.• Todos os países têm direito a um voto• Igualdade entre todos seus membros.
<p>Conselho de Segurança:</p>	<ul style="list-style-type: none">• Único órgão da ONU que tem poder decisório• Todos os membros das Nações Unidas devem aceitar e cumprir as decisões do Conselho.• Formado por 15 membros.• Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, China e Rússia são membros permanentes e têm poder de veto• 10 membros não permanentes; eleitos pela Assembleia Geral por dois anos.

Conselho Econômico e Social (ECOSOC)	Órgão coordenador do <u>trabalho econômico e social da ONU</u>, das <u>Agências Especializadas e das demais instituições integrantes do Sistema das Nações Unidas.</u>
Secretariado	<ul style="list-style-type: none">• Presta serviço a outros órgãos das Nações Unidas• Administra os programas e políticas que elaboram.• Seu chefe é o secretário-geral, que é nomeado pela Assembleia Geral, seguindo recomendação do Conselho de Segurança.
Conselho de Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none">• Substituiu a Comissão de Direitos Humanos (Resolução da Assembleia Geral da ONU n. 60/251).• 47 membros eleitos, com mandato de 3 anos• Deve verificar o cumprimento das diretrizes de direitos humanos por todos os países membros.
Conselho de Tutela	<ul style="list-style-type: none">• Servia para emancipar os países colônia• .Suas atividades estão suspensas, tendo em vista que <u>atualmente não existem países colônia.</u>

QUESTÕES

DPE/GO – 2014 (UFG)

Um dos documentos mais importante das Nações Unidas é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, que, em seu preâmbulo, enumera considerações e, em seguida, declara pontualmente direitos humanos universais por meio de vários artigos. No preâmbulo, considera-se que:

- a) ninguém será mantido em escravidão ou em servidão; a escravidão e o tráfico dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.
- b) ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
- c) todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei.
- d) todos têm direito à proteção igual contra qualquer discriminação que viole a declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.
- e) todas as nações devem ser encorajadas ao desenvolvimento de relações amistosas entre si.

Resposta: e) todas as nações devem ser encorajadas ao desenvolvimento de relações amistosas entre si.

“Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações (...)” - Declaração Universal dos Direitos Humanos

DPE/SP – 2013 (FCC)

A respeito dos Comitês de monitoramento, órgãos criados por tratados internacionais de direitos humanos do sistema da ONU, é correto afirmar:

- a) O Brasil ainda não reconheceu a competência do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de indivíduos ou grupo de indivíduos

contra as violações de direitos elencados na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, conforme previsto na Declaração Facultativa do artigo 14 da mesma Convenção.

b) O Brasil adotou o Protocolo Facultativo à Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que estabelece a competência do Subcomitê de Prevenção de Violência contra a Mulher, consistente na realização de trabalho educativo e preventivo com vários instrumentos ao seu dispor, como, por exemplo, o recebimento de denúncias sobre a matéria e a elaboração de recomendações.

c) Os Comitês são órgãos colegiados integrados por especialistas independentes que podem, de acordo com o previsto em cada tratado, ter a competência de examinar relatórios dos Estados e da sociedade civil organizada sobre a situação dos direitos protegidos, emitir recomendações, efetuar a revisão periódica universal, analisar petições de vítimas de violações de DH contra os Estados, assim como elaborar comentários ou observações gerais acerca da interpretação dos direitos protegidos.

d) O Brasil ratificou o Terceiro Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança, que admite a análise do Comitê sobre os Direitos da Criança de petições individuais de violações de direitos protegidos nesta Convenção contra os Estados Partes, inclusive o próprio Brasil, restando a promulgação do Decreto Executivo para incorporação no plano doméstico.

e) O Brasil aderiu ao Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que confere ao seu Comitê a autoridade de considerar inadmissível a comunicação quando os fatos que a motivaram tenham ocorrido antes da entrada em vigor do presente Protocolo para o Estado Parte em apreço, salvo se tais fatos continuaram ocorrendo após aquela data.

Resposta: e) O Brasil aderiu ao Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que confere ao seu Comitê a autoridade de considerar inadmissível a comunicação quando os fatos que a motivaram tenham ocorrido antes da entrada em vigor do presente Protocolo para o Estado Parte em apreço, salvo se tais fatos continuaram ocorrendo após aquela data.

a) Errada: foi promulgada pelo Decreto 4738, de 12 de junho de 2003.

- b) Errada: O Protocolo reconhece a competência do respectivo Comitê.
- c) Errada: Sociedade civil organizada não encaminha relatórios. São os Estados que fazem isso.
- d) Errada: o Brasil apenas assinou o Terceiro Protocolo, não tendo ainda o ratificado.
- e) Correta:

*“Artigo 2
O Comitê considerará inadmissível a comunicação quando:
f) Os fatos que motivaram a comunicação tenham ocorrido antes da entrada em vigor do presente Protocolo para o Estado Parte em apreço, salvo se os fatos continuaram ocorrendo após aquela data.” (Decreto nº 6.949 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo)*

PC/GO – 2016 (CESPE)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (Res. 217-A (III))

- a) não apresenta força jurídica vinculante, entretanto consagra a ideia de que, para ser titular de direitos, a pessoa deve ser nacional de um Estado-membro da ONU.
- b) não prevê expressamente instrumentos ou órgãos próprios para sua aplicação compulsória.
- c) prevê expressamente a proteção ao meio ambiente como um direito de todas as gerações, bem como repudia o trabalho escravo, determinando sanções econômicas aos Estados que não o combaterem.
- d) é uma declaração de direitos que deve ser respeitada pelos Estados signatários, mas, devido ao fato de não ter a forma de tratado ou convenção, não implica vinculação desses Estados.
- e) inovou a concepção dos direitos humanos, porque universalizou os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, privilegiando os direitos civis e políticos em relação aos demais.

Resposta: b) não prevê expressamente instrumentos ou órgãos próprios para sua aplicação compulsória.

- a) Errada: os direitos declarados são reconhecidos a todas as pessoas

- b) Correta
- c) Errada: não há, na Declaração, disposições relativas à proteção do meio ambiente)
- d) Errada: não há "Estados signatários" em uma Resolução da Assembleia Geral
- e) Errada: não há privilégios entre os direitos declarados, todos são igualmente protegidos, uma vez que decorrem do reconhecimento da dignidade humana

DPE/BA – Defensor Público – 2021 (FCC)

Sobre a história dos direitos humanos, é correto:

- a) A Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, de 1918, inova ao garantir os direitos sociais e atribui aos direitos trabalhistas o caráter de direitos fundamentais, juntamente com os direitos civis e políticos.
- b) A Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, fruto da Revolução Francesa, proclama como princípios axiológicos fundamentais a liberdade, a igualdade e a fraternidade.
- c) A cláusula do devido processo legal (due process of law) surgiu com a Declaração de Direitos inglesa (Bill of Rights), de 1689, no bojo das Revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII.
- d) A Declaração de Direitos da Virgínia de 1776 proclama que todos os seres humanos são livres e independentes, possuindo alguns direitos inatos, dentre os quais os direitos à vida e à liberdade, proibindo expressamente, em um de seus dispositivos, o tráfico negreiro.
- e) A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 assegura a gratuidade e a obrigatoriedade do direito à educação em seus graus elementares e fundamentais, bem como o acesso igual para todos ao ensino superior, em função dos méritos respectivos.

Resposta: e) A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 assegura a gratuidade e a obrigatoriedade do direito à educação em seus graus elementares e fundamentais, bem como o acesso igual para todos ao ensino superior, em função dos méritos respectivos.

“Artigo 26

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.” (Declaração Universal dos Direitos Humanos)

DPE/BA – Defensor Público – 2021 (FCC) DPE/BA – Defensor Público – 2021 (FCC)

Com base no Direito Internacional dos Direitos Humanos, os direitos humanos são

- a) regidos pela proibição do retrocesso (“efeito cliquet”) porque é vedado que se diminua ou amesquinhe a proteção que já alcançaram.
- b) irrenunciáveis porque não se perdem com a passagem do tempo.
- c) universais porque são atribuídos a todos os seres humanos, com exceção dos apátridas.
- d) exauríveis, o que significa que o rol de direitos positivados é taxativo, podendo ser ampliado somente por meio de novos tratados internacionais.
- e) imprescritíveis porque não é possível atribuir-lhes uma dimensão pecuniária para fins comerciais.

Resposta: a) regidos pela proibição do retrocesso (“efeito cliquet”) porque é vedado que se diminua ou amesquinhe a proteção que já alcançaram.

- b) Trata-se da impossibilidade de renúncia dos direitos; abrir mão.
- c)

“Artigo 2

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.” (Declaração Universal dos Direitos Humanos)

d) “Agora portanto a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.” (Declaração Universal dos Direitos Humanos)

- e) Trata-se de inalienabilidade

“Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo (...)” (Declaração Universal dos Direitos Humanos)

MPE/CE – Promotor de Justiça – 2020 (CESPE/CEBRASPE)

De acordo com a sua finalidade, os direitos humanos são classificados como direitos

- a) de defesa.
- b) a prestações.
- c) a procedimentos e instituições.
- d) propriamente ditos.
- e) expressos.

Resposta: d) propriamente ditos.

DPE/SP – 2019 (FCC)

Sobre a Teoria Geral dos Direitos Humanos aplicada à sua previsão no plano internacional, considere as assertivas abaixo.

I. O movimento de proteção a grupos vulneráveis no campo do direito internacional dos direitos humanos justificou a opção pelo princípio da especialidade para solucionar conflitos entre normas de diferentes tratados de direitos humanos, ficando o princípio da primazia da norma mais favorável como regente dos conflitos com normas nacionais.

II. O princípio da interpretação pro homine pode ser exemplificado a partir da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos no sentido da impossibilidade de denúncia do reconhecimento de sua jurisdição pelos Estados, diante da ausência de dispositivo expresso que permita tal retirada.